

## OS SERINGUEIROS DO ACRE E O MERCADO DE MADEIRAS TROPICAIS CERTIFICADAS: NOTAS SOBRE COERÇÃO E RESISTÊNCIA

João Maciel Araújo<sup>1</sup>; Thiago Alencar Rocha<sup>2</sup>

DOI: <https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2020.v12i1.14009>

### Palavras-chave

Amazônia  
Populações Tradicionais  
Seringueiros  
Certificação Florestal  
Sociologia Econômica

### Keywords

Amazonia  
Traditional Populations  
Rubber tappers  
Forest Certification  
Economic Sociology

### Palabras clave

Amazonia  
Poblaciones Tradicionales  
Seringueiros  
Certificación Forestal  
Sociología Económica

### RESUMO

Nas últimas duas décadas foi relativamente expressivo o aumento de estudos sobre as relações entre populações amazônicas e o mercado. Várias pesquisas se dedicaram a problematizar os efeitos da expansão capitalista sobre territórios camponeses e indígenas, levada a cabo sob a ideologia do desenvolvimento sustentável. Este trabalho, baseado em pesquisa bibliográfica, documental e observação a casos de comunidades de seringueiros do Estado do Acre, procura oferecer elementos que ajudem na compreensão desta relação. Não obstante a complexa rede estabelecida entre agentes do campo econômico, burocrático e acadêmico, situados em diferentes países e representantes comunitários locais, conclui-se que a tentativa de criação de um mercado de madeira tropical certificada constituiu-se num processo no qual sistemas simbólicos confrontaram-se, não sendo possível afirmar categoricamente que houve superioridade da lógica do ganho meramente econômico em detrimento de valores culturais de outra ordem.

### ABSTRACT

#### THE ACRE'S RUBBER TAPPERS AND THE CERTIFIED TROPICAL TIMBER MARKET: NOTES ABOUT COACTION AND RESISTANCE

In the last two decades, there has been a relatively significant increase in studies on the relations between traditional Amazonian populations and the market. Many researches have been dedicated to problematize the effects of capitalist expansion on peasant and indigenous territories, carried out under the ideology of sustainable development. This work, based on bibliographical, documentary research and observation of cases of rubber tapper (Seringueiros) communities in the State of Acre, seeks to offer elements that help in understanding this relationship. Despite the complex network established between agents in the economic, bureaucratic and academic fields, located in different countries and local community representatives, it is concluded that the attempt to create a certified tropical wood market was a process in which symbolic systems confronted it is not possible to state categorically that there was a superiority of the logic of merely economic gain to the detriment of cultural values of another order.

### RESUMEN

#### LOS SERINGUEIROS DEL ACRE Y EL MERCADO DE MADERAS TROPICALES CERTIFICADAS: NOTAS SOBRE COACCIÓN Y RESISTENCIA

En las últimas dos décadas, ha habido un aumento relativamente significativo en los estudios sobre las relaciones entre las poblaciones amazónicas y el mercado. Se han dedicado varias investigaciones a problematizar los efectos de la expansión capitalista en los territorios campesinos e indígenas, llevados a cabo bajo la ideología del desarrollo sostenible. Este trabajo, basado en la investigación bibliográfica, documental y la observación de casos de comunidades de recolectores de caucho (Seringueiros) en el Estado de Acre, busca ofrecer elementos que ayuden a comprender esta relación. A pesar de la compleja red establecida entre los agentes en los campos económico, burocrático y académico, ubicados en diferentes países y representantes de la comunidad local, se concluye que el intento de crear un mercado certificado de madera tropical constituyó un proceso en el que los sistemas simbólicos eran confrontado, y no es posible afirmar categóricamente que hubo una superioridad de la lógica de la ganancia meramente económica sobre los valores culturales de otro orden.

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), com apoio do Programa de Bolsas de Pós-graduação fora do Estado do Amazonas - PROPG-CAPES/FAPEAM. Atualmente é professor de Sociologia no IFAM, Campus Humaitá (AM). ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8180-9754>. E-mail: [joaomaci@hotmail.com](mailto:joaomaci@hotmail.com)

<sup>2</sup> Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Brasil. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6390-7628>. E-mail: [talencardr@gmail.com](mailto:talencardr@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

Trabalhos sobre o envolvimento de comunidades tradicionais da Amazônia com a exploração madeireira, produzidos por técnicos de órgãos de governos ou ONGs, acadêmicos e etc., ou apresentam experiências consideradas positivas ou dão ênfase a aspectos negativos. O presente trabalho mostra que a partir do final do século passado, os seringueiros da região do Vale do Acre, Estado do Acre, foram levados a participar do mercado de madeiras tropicais certificadas, não porque tinham interesses estritamente econômicos, mas, sobretudo, devido a questões políticas. O trabalho mostra também que embora se mantenha um ambiente institucional de estímulo a essa atividade, há um enfraquecimento do envolvimento dos seringueiros com a exploração madeireira, não porque tenham se esgotado totalmente suas reservas florestais, nem por causa de interesse econômico ou maximização de benefícios, mas porque existem outras motivações de ordem cultural e simbólica.

O envolvimento ao qual nos referimos neste trabalho diz respeito àquelas comunidades de seringueiros que habitam áreas de Projetos de Assentamento Agroextrativistas – PAEs e a Reserva Extrativista Chico Mendes, na referida região. O estímulo governamental a atividade madeireira afetou não somente aos camponeses, posseiros antigos de áreas sem discriminação fundiária (como na região do Riozinho do Rola, em Rio Branco), mas também comunidades que de longa data habitam Unidades de Conservação que foram concedidas à empresas madeireiras. Deste último caso, destaquemos a Floresta Estadual do Antimary, no município de Bujari e as Florestas do chamado Complexo Estadual de Florestas do Gregório, situado nos municípios de Tarauacá e Cruzeiro do Sul. Nestes casos, o chamado Manejo Florestal Sustentável – MFS atropelou tradições, frustrou planos familiares, ignorou territorialidades e despojou comunidades inteiras, a troco de migalhas compensatórias.

O primeiro passo da análise de um mercado de produtos diferenciados, provenientes de populações da Amazônia, consiste em situar-se minimamente quanto ao debate em torno do discurso do “desenvolvimento sustentável”, pois é a partir do contato, ou da inserção destas populações nesta temática que se percebe uma guinada dos instrumentos e relações sociais da atuação das instituições representativas destes grupos – sindicatos, associações, cooperativas, partidos políticos. Especificamente relacionado aos seringueiros, entendemos que o “desenvolvimento” aparece como pano de fundo de transformações e estabelecimento de estratégias para disputas em campos das políticas públicas e dos mercados.

Portanto, é recente o debate sobre a contribuição das chamadas “populações tradicionais” da Amazônia para o desenvolvimento socioeconômico da região. Historicamente, grupos indígenas, ribeirinhos, pequenos agricultores e extrativistas ficaram a margem do debate e foram negligenciados pelos grandes projetos desenvolvimentistas (BECKER, 2004; MARTINS, 2009). Alguns fatores são comumente utilizados por planejadores oficiais para justificar a exclusão destas populações: a falta de instrumento jurídico que garantisse a propriedade das terras destas populações; o baixo nível tecnológico comumente aplicado aos processos produtivos destes grupos; e até sua localização geográfica, geralmente situada em regiões distantes dos mercados.

Contudo, ao longo dos anos 1990, alguns eventos de natureza social, política e econômica, no plano nacional e internacional, alteraram este cenário e este público inseriu-se no debate (ALMEIDA, 2004; LITTLE, 2002). Sobretudo, porquetais populaçõespossuiriam perspectivas e formas de utilização e relacionamento com a natureza que inspiraram a formulação de novas noções e ações da civilização ocidental-industrial que ao longo dos anos fundou-se em práticas incompatíveis com o equilíbrio ecológico e, por conseguinte, humano (LEFF, 2009).

Além de levantamento bibliográfico e documental, nos baseamos em pesquisa de campo, em curso desde 2008, em áreas extrativistas da região do Alto Acre. Nossa abordagem visa a perspectiva de quem se posiciona a partir da esfera da produção, que por sua vez difere da de quem se encontra na esfera do consumo. Visando escapar a determinismos típicos da análise econômica dos mercados, lançamos mão de uma variada literatura, que vai dos postulados mais recentes de correntes críticas da economia política às concepções do desenvolvimento, até discussões ligadas à cultura e suas interfaces com o campo econômico. Visamos acrescentar à temática, argumentos teóricos no que tange a sociologia econômica, que contribuam de maneira efetiva para a interpretação do mercado de madeiras certificadas, buscando respostas que ultrapassem a questão técnica e racional, uma vez que a esfera subjetiva se faz presente e possui grande papel no delineamento das ações envolvidas.

Em razão da extração de madeira sob o regime de manejo comunitário estar diretamente ligada ao debate sobre o desenvolvimento sustentável da Amazônia, na primeira seção buscamos apontar algumas correntes

que tentam compreender o surgimento desta perspectiva que tem mobilizado grande parte da academia, governos e sociedade. Na segunda seção, apresentamos algumas perspectivas da Sociologia Econômica quanto à construção social dos mercados, cuja ênfase é uma crítica aos postulados da economia clássica e neoclássica, no que se refere à dinâmica dos agentes neste processo. A terceira seção descreve criticamente o envolvimento dos seringueiros com o mercado de madeiras certificadas, enfatizando o contexto político-institucional que introduziu a atividade de exploração madeireira em territórios extrativistas do Acre, e como estes agentes ressignificam os planos dos governos, a partir do confronto com elementos de sua cultura.

Nas considerações finais destacamos que embora a certificação de madeira tropical, ofertada num mercado que sugere uma preocupação com os limites ambientais da atividade econômica, os seringueiros, até então alheios a exploração madeireira, e apesar das inúmeras forças que o levavam a participar, disponibilizando os recursos naturais de seus territórios a este mercado, não o fizeram, em razão do que, tudo indica, qualquer dependência material, não suplanta a dependência e apego a seus valores e projetos.

### **O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, A AMAZÔNIA E SUAS POPULAÇÕES**

Uma revisão de literatura que procure identificar os conceitos e noções diversas sobre o “desenvolvimento” dará conta que nos últimos 40 anos surgiu e ganhou notoriedade, não raro centralidade, a problemática ambiental. A questão ambiental está diretamente inserida em diversos debates acerca da modernidade, tendo importância fundamental para uma perspectiva de futuro que contemple a manutenção da humanidade. Em grande parte dessa literatura, as concepções de mundo de inspiração antropocêntricas, em tese, seriam colocadas em segundo plano, pois acredita-se que o domínio da natureza, através do progresso da ciência e da tecnologia para o suprimento humano, com a industrialização capitalista, levou a estágios de degradação ambiental que estariam revertendo os resultados de tal domínio em prejuízos e ameaças a própria humanidade (LEFF, 2009). Segundo a análise de Beck (2011), o processo de modernização desencadeia forças destrutivas jamais imaginadas pela raça humana.

Esta perspectiva que se apresenta crítica ao que prevalece desde a emergência da racionalidade economicista, especialmente a capitalista, sugere uma alteração substancial nos fundamentos do termo “desenvolvimento” que embora apresente grande ambiguidade em seu uso, historicamente está associado ao aumento da produção e à garantia de bons níveis de nutrição, saúde e educação das populações (ESTEVA, 2000). Esta crítica estaria, sobretudo, voltada aos resultados da relação do processo produtivo com a natureza, seja pelo volume e composição dos rejeitos originados pela indústria e lançados no ambiente natural, seja pela limitação da disponibilidade de recursos naturais à produção industrial.

Reconhece-se que o termo “recursos naturais” difunde-se com base no pensamento ocidental europeu, que em sua vertente colonizadora, e capitalista, enxerga a natureza como mercadoria. Esta perspectiva está intrinsecamente ligada às noções de desenvolvimento que vigem de maneira obsessiva na cabeça das chamadas civilizações ocidentais. Alcoreza (2010), fala que tal perspectiva implica numa opção pela cultura moderna, que postula a ilustração como única possibilidade de razão, baseada na ciência, no positivismo. Esta cultura moderna, segundo o autor (2010), não contempla o conjunto da humanidade e está restrita a certos grupos, especialmente aqueles situados nos centros de acumulação do sistema mundo capitalista<sup>3</sup> e sua ideologia promotora da industrialização como forma completa de desenvolvimento.

A exacerbada valorização do plano econômico, numa perspectiva mundial, há algum tempo recebe críticas de estudiosos que alertam para a necessidade de diferenciação entre crescimento econômico e desenvolvimento. Furtado (2000), afirma que por trás do que se chama progresso técnico está uma série de modificações sociais que engendraram o tipo de civilização material predominante em quase todo o planeta. A técnica, pautada na ciência, ganhou status de fim em si mesmo, sem representar o progresso das sociedades pós-Revolução Industrial (VEIGA, 2008). Ainda, a industrialização, o livre mercado e a globalização das economias alienaram consciências e vidas, depredaram ambientes naturais e seus significados para as culturas locais e privaram de oportunidades de sobrevivência um grande contingente da população mundial (SEN, 2000; VEIGA, 2008). A busca pelo processo de desenvolvimento industrial está ligada às diversas problemáticas ambientais que hoje a humanidade enfrenta e estuda opções para saná-las (BECK, 2011).

<sup>3</sup> Sobre sistema-mundo ver: WALLERSTEIN, I. Mudando a geopolítica do sistema-mundo: 1945-2025. In.: SADER, E.; SANTOS, T. (Coord.); MARTINS, C. E.; VA-LÊNÇIA, A. (Orgs.). A América Latina e os desafios da globalização. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

No campo acadêmico, questionamentos como os apresentados acima ganharam força e notoriedade a partir do início da década de 1970. De outro lado, ganhou notoriedade, no âmbito das Nações Unidas e outros fóruns internacionais, as ideias de muitos estudiosos sobre a análise das consequências ambientais decorrentes da noção vigente de desenvolvimento. Nesta direção estão as contribuições advindas da economia ecológica que enxerga o sistema econômico não como um sistema autossustentável, como defendido pelo mainstream econômico, mas como um subsistema condicionado aos limites do sistema ecológico (CAVALCANTI, 1996).

Daly (2002) acerca da necessidade de uma melhoria qualitativa no processo do desenvolvimento que diretamente diz respeito à solução da pobreza, defende que se deve maximizar a produtividade do capital natural no curto prazo e investir no crescimento de sua oferta no longo prazo. Estes argumentos são em grande medida rejeitados pela ortodoxia daqueles que defendem o mercado como entidade máxima da economia, capaz da resolução da problemática ambiental.

No contexto destas críticas, a partir da primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente na cidade de Estocolmo (Suécia, 1972), surge a noção de “desenvolvimento sustentável”, ou, para utilizar o termo inicial ensinado por Sachs (2009) o “ecodesenvolvimento”. Ao longo de mais ou menos 40 anos, surge e difunde-se aquilo que no entender do autor se constituiria na “terceira margem” a despeito das correntes de pensamento que de maneira extremada propõem de um lado o máximo crescimento econômico ou, de outro, o crescimento zero.

Porém, na noção de desenvolvimento sustentável, difundida a partir do Relatório Nosso Futuro Comum<sup>4</sup>, documento orientador da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano (Rio de Janeiro, Brasil em 1992), produzido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, não há rupturas com os pilares do modo capitalista de produção que mantém a natureza sob a perspectiva dos “recursos naturais”. Ao contrário, Sachs (2009) relata que na alta cúpula de organismos internacionais, os grupos imbuídos de promover a expansão econômica, sempre funcionaram como freios a medidas mais radicais relacionadas à conservação da natureza.

Se considerarmos que o debate acerca do desenvolvimento sustentável provém, em grande medida, de argumentos internacionais que defendem a conservação da Amazônia por tratar-se da maior área de floresta tropical do planeta, faz-se necessário um breve resgate histórico da atuação do Estado e o tema do desenvolvimento na região.

Difunde-se a falsa ideia de que a Amazônia é uma região onde o Estado não se faz presente. Pode-se afirmar que desde a criação da Província do Amazonas, em 1850, e após o fim da anexação do Acre ao Brasil, a dinâmica econômica e populacional da região é basicamente determinada pela ação estatal (LOUREIRO, 2007). Entretanto, a formulação e implementação dos diversos projetos de desenvolvimento, relegaram as populações locais a segundo plano, ao mesmo tempo em que recaiu negativamente sobre sua estrutura sociocultural. Sobre este processo, Martins (2009, p. 26) diz que, “[...] o desenvolvimento capitalista recriou mecanismo de acumulação primitiva, confiscando terras e territórios, justamente por esse meio atingindo violentamente as populações indígenas e camponesas”.

Os efeitos destrutivos da cooperação internacional para o desenvolvimento de países tropicais geraram protestos em escala internacional que se intensificaram a partir do final dos anos 1980, cobrando das agências e Bancos mecanismos que pudessem frear ou reduzir a destruição das florestas. Governos e organizações internacionais criaram condicionantes ambientais na concessão de créditos para o desenvolvimento destes países. Partia-se de um discurso de que a cooperação internacional deveria não apenas provocar menos danos, mas também colaborar positivamente para a proteção das espécies animais, da população, da floresta e do clima. É neste contexto que se intensifica a criação de áreas protegidas na Amazônia brasileira (HEGEMANN, 1996).

Neste século permanece o caráter intervencionista e centralista do Estado na condução das políticas direcionadas a Amazônia. Mantiveram-se as parcerias e o cumprimento das diretivas de agências e bancos internacionais de desenvolvimento como o Banco Mundial, porém, houve uma mudança do discurso oficial que afirma ser possível conciliar crescimento econômico e conservação dos recursos naturais. Portanto, a ação estatal na região obedece às estratégias de apropriação dos recursos naturais do terceiro mundo, no quadro da globalização econômica, sob o discurso do desenvolvimento sustentável (LEFF, 2009).

<sup>4</sup> O referido documento é também conhecido como Relatório Brundtland, em razão da Comissão ter sido chefiada pela então primeira-ministra da Noruega Groh Harlem Brundtland.

Sob o predomínio das receitas dos grupos dominantes do campo econômico, o governo brasileiro criou instrumentos que permitem precificar os bens comuns, que historicamente estiveram no centro da problemática ambiental, tais como florestas, água e ar. Neste sentido, a Amazônia constitui-se território emblemático. Criaram-se instrumentos que mantenham a natureza ao alcance dos mercados, tais como a Lei de Concessão de Florestas, a Lei de regularização fundiária de terras públicas em favor do privado (Terra Legal), a reforma do Código Florestal, formulação de políticas de serviços ambientais créditos por Redução de Emissão de Dióxido de Carbono – REDD, estabelecimento de critérios que em tese garantiriam o manejo ambientalmente adequado de recursos florestais, enfim, uma série de normativas e convenções que tem sido chamado por alguns autores como o capitalismo verde (OLIVEIRA, 2011; PAULA, 2012).

Isso não significa, entretanto, que o discurso do desenvolvimento, do industrialismo, da racionalidade técnica e da ciência moderna, seja irrestritamente todo-poderoso e que não haja resistência por parte das populações com outras culturas. Muito pelo contrário.

#### **APONTAMENTOS SOBRE A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADOS DE PRODUTOS QUALIFICADOS**

Se do ponto de vista do pensamento econômico, o “mercado” representa um lugar abstrato, capaz de trazer o equilíbrio aos interesses divergentes dos agentes, o pensamento crítico a esta leitura, não raro atribui ao “mercado”, também como lugar abstrato e previamente determinado, a autoria pelas mazelas que assolam os grupos mais vulneráveis, reproduzindo a estrutura desigual da sociedade capitalista.

Diferentemente do pensamento econômico clássico (e neoclássico), Granovetter (2007, p. 1) desenvolve a noção de *embeddedness*, segundo a qual a economia não é uma esfera autônoma da vida social e sim que esta é fundamentalmente determinada pelas relações sociais. Segundo o autor “os comportamentos e as instituições a serem analisados são tão compelidos pelas contínuas relações sociais que interpretá-los como sendo elementos independentes representa um grave mal-entendido”.

As análises sobre os mercados oscilam entre as concepções super e subsocializadas da ação humana, como parâmetros extremos para a análise econômica. Na primeira, a supersocializada, os agentes atuam fundamentalmente em decorrência do que é convencional nos ambientes sociais em que se encontram. Na segunda, os indivíduos não se importam com as convenções, sendo a maximização de benefícios o principal estímulo para suas ações, segundo a tradição utilitarista, que em sua aplicação na esfera econômica, pressupõe uma situação de mercado competitivo. No entanto, Granovetter (2007) explica que estas duas concepções estão apoiadas na ideia de que as decisões são tomadas por agentes atomizados, onde não tomam decisões sem a interferência do contexto social.

Neste sentido, Abramovay (2004) em sua revisão sobre a aproximação entre a nova economia institucional e a nova sociologia econômica, esclarece que deste posicionamento de Granovetter (2007) deriva-se uma das principais correntes da nova sociologia econômica, que entende o funcionamento dos mercados como forma de organização de certos atores, notadamente os produtores, mas que ao alcançarem também os consumidores dão origem a acordos implícitos entre estas duas esferas, a fim de estabelecer certos padrões de qualidade, cujos atributos não podem ser percebidos imediatamente. Estes acordos implícitos são classificados sob a perspectiva da teoria das convenções e a própria certificação florestal pode ser tomada como um exemplo.

A segunda corrente da nova sociologia econômica é aquela que ao negar também o caráter automático e previsível da ação dos agentes, lança mão da antropologia cultural para mostrar que os esquemas culturais são determinantes na construção de instituições econômicas e negócios. Esta corrente, segundo Abramovay (2004), compreende as instituições não apenas como regras formais, ou informais, mas como configurações derivadas da interação entre diferentes interesses e relações sociais. Dessa forma, Abramovay (2004) pontua que os mercados passam a ser encarados como formas de coordenação social. Os conflitos, os interesses entre indivíduos, o lado subjetivo do negócio firmado e as influências diretamente proporcionadas por estas relações sociais possuem papel para a edificação de um novo mercado ou até mesmo para a sua dissolução. De modo geral, a visão da economia neoclássica deixa de atribuir aos mercados um funcionamento metafísico onde o arranjo parece se dar de maneira involuntária, porém racionalizada, para uma abordagem subjetiva capaz de trazer à tona novos argumentos que possam explicar oscilações da economia, fracassos e sucessos de mercados específicos.

Ao basear-se no papel da cultura, esta perspectiva busca romper com as análises que considerando os modelos mentais como influências na atividade econômica, apegam-se exacerbadamente nas ciências da cognição.

Como demonstraremos na terceira seção deste trabalho, a cultura é, pois, o elemento determinante para o cenário atual do mercado de madeiras tropicais certificadas, oriundas de comunidades camponesas do Acre.

A emergência do discurso do desenvolvimento sustentável tem operado modificações na relação entre atividade econômica e recursos naturais. Durante anos a predatória exploração de madeira tropical da Amazônia brasileira alimentou um mercado caracterizado pela informalidade, ilegalidade e impunidade. A formulação da legislação para reversão desta situação ao mesmo tempo em que deriva da reivindicação de setores da sociedade civil, é complementada por campanhas que visam a conscientização e responsabilidade dos consumidores quanto a observação da procedência da madeira que compram. Assim, a certificação florestal tanto contribuiria para que produtores sigam processos que levam ao baixo impacto ambiental, em reforço as exigências da legislação ambiental, quanto funcionaria como garantia de origem do produto.

O mercado de madeiras tropicais consiste num campo com grande quantidade de agentes sociais, distribuídos nas diversas atividades que se inicia com o processo de mapeamento de áreas disponíveis para o abate de árvores, e termina com o consumidor final de componentes da construção civil, móveis e adornos luxuosos, numa quase sempre extensa distância geográfica entre estes dois polos. No caso da madeira certificada proveniente de comunidades camponesas da Amazônia, este mercado é marcado por relações assimétricas entre produtores e empresas madeireiras, produtores e consumidores finais e assim por diante. Em boa medida as regras deste mercado deveriam ser orientadas pelos parâmetros sociais e ambientais da certificação de áreas de manejo (sob responsabilidade dos comunitários) e da cadeia de custódia (de responsabilidade das indústrias).

Embora não seja o único, o selo do Forest Stewardship Council – FSC (em português Conselho de Manejo Florestal), criado em 1993, é o mais abrangente em matéria de certificação florestal no mundo. O FSC não é uma certificadora, mas um organismo internacional, constituído de diferentes Câmaras, compostas por representantes de diferentes segmentos industriais, associações de consumidores, associações de produtores, profissionais que prestam serviços ao setor, centros de pesquisas, governos e etc., que definem parâmetros socioambientais a serem seguidos nos processos de exploração, cultivo e beneficiamento. O FSC credencia certificadoras para monitorarem e avaliarem os processos produtivos dos postulantes ao selo FSC. Na prática, as certificadoras, através de pessoal com formação acadêmica afeita aos parâmetros, visitam áreas de manejo, observam atividades de exploração florestal, entrevistam diferentes atores envolvidos, verificam documentos e emitem pareceres quanto à concessão e manutenção, ou não, da certificação. No caso da Amazônia brasileira, a certificadora credenciada pelo FSC é o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – IMAFLORA.

Dados do IMAFLORA<sup>5</sup>, tomando o ano de 2011 como referência, indicavam que 68% da madeira certificada proveniente da floresta amazônica brasileira se destina ao mercado internacional, sendo somente 2% destinada ao mercado local. Cerca de 80% da madeira certificada exportada passa por um processamento mínimo e segue como produto de baixo valor agregado, na forma de madeira serrada. Ou seja, o consumidor deste produto compreende um público de renda mais elevada, que não está na Amazônia. Tanto é assim que a partir da primeira certificação de madeira de manejo comunitário, os camponeses foram levados a várias partes do mundo, para participarem de rodadas de negócio e exposições em Feiras Nacionais e Internacionais de produtos certificados. Apesar de indicar um cenário positivo para os governos e empresários, esta situação foi dramática para os donos de pequenas movelarias e marcenarias dos municípios da região do Alto Acre, que ficaram sem acesso a matéria-prima para a realização de seu trabalho (ARAÚJO, 2011).

A introdução do manejo madeireiro em territórios de reservas extrativistas (Projetos de Assentamento Agroextrativistas – PAEs e Reservas Extrativistas), conquistados pela resistência e organização dos seringueiros nas décadas de 1980 e 1990, possibilitou a discussão sobre o estabelecimento de um mercado diferenciado de madeira tropical certificada. Explicamos: conforme mencionado anteriormente, a certificação florestal, largamente incentivada por grupos profissionais vinculados a organismos com reconhecido know how nesta área, vai ao encontro de interesses de nichos de mercados, composto por consumidores preocupados com o impacto ambiental da produção de madeira. Por sua vez, a madeira proveniente de áreas “manejadas” por seringueiros, ou comunidades tradicionais, representaria uma fatia de mercado composta por consumidores ainda mais dotados de consciência ambiental e social, associando suas decisões de compra à responsabilidade ecológica e dispostos a pagar um sobrepreço por isso. Tanto é assim que em 2011 o FSC lançou um selo específico, chamado FSC Comunitário.

<sup>5</sup> Relatório “Acertando o Alvo 3: desvendando o mercado de madeira amazônica certificada FSC”.

Em consulta ao site da Bolsa de Madeira Responsável<sup>6</sup>, uma plataforma de negociação de madeiras legalizadas e certificadas da Bolsa de Valores Ambientais BVRio (criada em 2011), que propicia a comunicação entre vendedores e compradores de todo o mundo, observou-se que o volume de madeira provenientes de manejo comunitário tem baixa representatividade. Das 56 propostas de compras abertas em fevereiro de 2018, nenhuma colocava como pré-requisito que a madeira fosse oriunda de manejo comunitário. Da parte das propostas de venda, num total de 74 de todo o mundo, somente 6 eram de madeira de manejo comunitário, todas do Brasil. O volume das propostas de manejo comunitário é relativamente pequeno, sobretudo se considerarmos aquelas de produtos previamente beneficiados, que num total de 4, somam 150m<sup>3</sup>, em detrimento de 1 proposta de venda na forma de toras que seria de 40.000m<sup>3</sup>. Quanto ao preço, as propostas variam de R\$ 2.820,00 (dois mil, oitocentos e vinte reais) a US\$ 1,300.00 (hum mil e trezentos dólares) o metro cúbico, na forma de deck e R\$ 400,00 (quatrocentos reais) o metro cúbico, em toras.

Ainda com base na Bolsa de Madeira Responsável, observa-se que as demandas dos compradores exigem certas características que dificultam a participação dos camponeses, segundo a forma com que se realizou o manejo comunitário no Acre, como por exemplo, a necessidade de regularidade mensal na oferta do produto e preferência por certas espécies. Por outro lado, número de empresas beneficiadoras de madeira e movelarias certificadas para cadeia de custódia, no Estado do Acre, indicam que houve uma campanha muito forte para certificação, que por sua vez, estaria baseada nas expectativas de que houvesse uma adesão maior de comunitários para o manejo florestal.

Portanto, os seringueiros ingressaram num ambiente no qual as regras estavam previamente definidas. No tocante ao mercado de madeiras e à certificação, os parâmetros socioambientais estavam dados, estipulados fora das comunidades. Os seringueiros deveriam ajustar-se às regras, que tanto no caso dos critérios e indicadores ambientais, quanto no das prescrições de ações corretivas para as “não-conformidades” detectadas pelos auditores da certificadora, apresentam certas imposições que contrariam suas expectativas de vida, formas de enxergar o mundo e relações sociais.

### **OS SERINGUEIROS E O MERCADO DE MADEIRAS: A QUEM SERVE A CERTIFICAÇÃO?**

A emergência da questão ambiental como condicionante da atividade econômica e mesmo o discurso e noção do que seria “desenvolvimento sustentável”, se dá pelo envolvimento e disputa entre diversos agentes sociais: políticos, grupos dominantes do campo econômico, populações tradicionais, acadêmicos e etc. Ao passo que se difundem as premissas do desenvolvimento sustentável estes agentes dão materialidade a novas perspectivas que recaem diretamente sobre a atividade econômica, notadamente na esfera da produção e consumo. Neste contexto são criadas as certificações, que no caso ora discutido, influencia diretamente a região amazônica e um dos grupos mais emblemáticos no que toca o debate sobre conservação dos recursos naturais.

Para Carneiro (2012), a certificação é uma proposta para a governança da atividade florestal na Amazônia e as populações tradicionais (notadamente os seringueiros) teriam um papel importante na expansão deste mecanismo. Logo, o ponto central de diferenciação entre certificação de certos produtos (como agricultura orgânica, por exemplo) e a certificação de madeira oriunda de manejo madeireiro de comunidades amazônicas é justamente o fato de a própria atividade não ser algo “tradicional”, por assim dizer. Nesse sentido, além de termos claro que ele se insere no âmbito do discurso do desenvolvimento sustentável, é importante destacar quais as origens e a forma com que este manejo de madeira aparece às comunidades de seringueiros. A relação entre empresas especializadas na classificação e extração de madeiras conforme “normas sustentáveis”, dotadas de um capital financeiro elevado (ou subsidiadas pelo Estado), e as comunidades de seringueiros denota interesses divergentes.

Concepções clássicas da análise econômica tendem a tratar os agentes econômicos como dotados de um comportamento homogêneo, determinado pelo utilitarismo e a busca de maximização de benefícios pessoais. A partir dessa perspectiva, o estudo tradicional da economia estuda como os mercados se regulam, como se dá a demanda, a distribuição de renda e a busca pela teoria do equilíbrio geral e do bem-estar econômico sobre um espectro autônomo e, principalmente, autorregulável (ABRAMOVAY, 2004). Porém, conforme assinala Sahlins (2003, p. 8), a respeito dos diferentes significados possíveis da ação relacionada ao suprimento das necessidades, “[...] o esquema racional e objetivo de qualquer grupo humano nunca é o único possível”.

<sup>6</sup> Para acessar o site da Bolsa de Madeira Responsável: <http://www.bvrrio.org/static/madeira.html>

A atividade econômica não é separada da vida dos agentes e neste sentido, cabe observar a diversidade de aspectos culturais que podem vir a modificar sistematicamente a esfera econômica.

Seringueiros possuem atributos que os inscreve cultural e socialmente como camponês e, neste sentido, deve-se atentar para as contribuições de Shanin (1966) quando lembra que dada às formas de organização e visão de mundo, o camponês reiteradamente age de maneira adversa a planos de desenvolvimento econômicos concebidos por governos. Tratando-se do mercado de madeiras certificadas, enquanto produtores (ou manejadores como propugnavam os interessados na exploração madeireira), os seringueiros têm manifestado estratégias que levam à frustração das expectativas dos governos e de outros agentes.

Recorrer à cultura como elemento a ser considerado nas análises sobre mercados, não significa, entretanto, que os costumes e comportamentos dos grupos mantenham-se inalterado ao longo do tempo e independente das circunstâncias. Sahlins (1997) lembra que alguns estudos demonstram as transformações e enriquecimento cultural de povos indígenas mediante seu processo de incorporação à economia global. Recorrer à cultura sob esta perspectiva afasta o “pessimismo sentimental”, que durante anos profetizou o fim das culturas que se contrapunham ao determinismo racionalizante e individualizante da civilização.

A utilização dos recursos naturais pelos seringueiros, certamente influenciada pelo prolongado contato com populações nativas da região, assentar-se-ia em técnicas desenvolvidas sob a lógica da subsistência familiar e reprodução social, e neste sentido estaria garantido o baixo impacto sobre a floresta. Tais argumentos serviram ao enfrentamento e crítica relacionados às medidas adotadas pelo governo brasileiro a partir da década de 1960, promovendo a ampliação da fronteira agropecuária através da substituição da floresta pela formação de pastagens para gado bovino. A resistência dos seringueiros a este processo culminou com a criação das Resex, no início dos anos 1990 (PAULA, 1991).

Anteriormente à frente pioneira da fronteira agropecuária, raramente era abatida uma árvore de grande porte para uso do seringueiro, ou sua comercialização. Algumas árvores eram retiradas quando da abertura de áreas de roçados para o cultivo agrícola e geralmente, dadas a inexistência de ferramentas ou equipamentos apropriados ao beneficiamento e a dificuldade de transporte, acabavam sendo consumidas pelo fogo. Até a abertura da rodovia BR-317 e simultânea chegada de madeireiros e serrarias, o seringueiro do Vale do Acre era indiferente ao valor econômico que possuía a madeira existente nas áreas de floresta de suas colocações.

Sendo assim, não se deve associar o denominado Manejo Florestal Madeireiro Sustentável - MFS, atualmente em curso em algumas comunidades de PAEs e Reservas Extrativistas, na região do Alto Acre, como decorrentes da original experiência seringueira, visto que as gerações das quais descendem estas comunidades, não utilizavam a madeira como mercadoria. O MFS consiste em práticas referenciadas pela lógica de acumulação capitalista, via mercados, e respaldado num arcabouço normativo criado pelos atores sociais historicamente envolvidos com o setor madeireiro e assegurado pelo Estado.

O envolvimento destas comunidades com a exploração madeireira deve-se a um intenso investimento realizado pelo governo do Estado do Acre, com a ajuda de algumas ONGs, projetando uma imagem que garante prestígio e financiamentos a estas instituições junto a agentes imbricados no discurso do desenvolvimento sustentável. O argumento central de incentivo (as vezes coerção) a exploração madeireira nestas áreas extrativistas é de que com esta atividade, os seringueiros poderiam obter uma renda sem ter que retirar a floresta para práticas agrícolas e sobretudo pecuária. Aliás, este argumento seduz muita gente que desconhece os incentivos fiscais que o governo concede ao avanço da pecuária bovina no Acre<sup>7</sup>.

No plano local (Acre), nacional ou internacional, apesar da responsabilidade ecológica ser cada vez mais uma preocupação dos consumidores, muitos não distinguem os diferentes instrumentos de garantia de origem de madeira: comumente são confundidas as exigências obrigatórias para licenciamento junto aos órgãos ambientais, com a adesão voluntária ao cumprimento de normas de certificação. Desde o ano 2000 toda madeira disponibilizada aos mercados (a menos que seja clandestino) provém de processos de exploração que respeitam regras que minimizam impactos ambientais, licenciados por órgãos ambientais. No caso da certificação, para além de adquirir um bem capaz de satisfazer sua necessidade, o consumidor leva em conta representações simbólicas associadas à procedência do produto – sua autoimagem.

No início dos anos 2000 a promoção da certificação florestal correu paralela ao intenso trabalho de criação de instrumentos jurídicos que permitissem a integração do potencial madeireiro da Amazônia ao mercado

<sup>7</sup> O governo do Acre mantém uma política tributária extremamente favorável à pecuária bovina, através da renúncia do ICMS.

mundial. As primeiras experiências de seringueiros com a exploração de madeira ocorreram no final dos anos 1990, nos Projetos de Assentamentos Agroextrativistas Porto Dias, Remanso e Chico Mendes, no Acre. Em 2002 através do apoio de ONGs e do Governo do Estado, a comunidade do PAE Remanso recebeu a primeira certificação FSC de manejo florestal comunitário madeireiro do Brasil. Este pioneirismo conferiu respeito a organizações ligadas a estas experiências de manejo comunitário no Acre, a ponto de o Centro dos Trabalhadores da Amazônia – CTA e a Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários – COOPERFLORESTA fazerem parte da Câmara Social do FSC Brasil, sendo que o primeiro faz parte também da Câmara Social do FSC Internacional.

Porém, desde o ano de 2014, a COOPERFLORESTA criada pela iniciativa do governo e ONGs em 2005, para comercialização da produção de madeira do manejo comunitário (portanto dos seringueiros) está praticamente inoperante. A cooperativa contabiliza um total de 52 mil metros cúbicos<sup>8</sup> de madeira comercializada no período em que efetivamente funcionou e avalia que não houve o sobrepreço esperado. Apesar de atribuir à inatividade atual ao moroso processo de licenciamento ambiental, resta claro que há um desgaste da proposta não somente entre os 177 seringueiros registrados como sócios da cooperativa (um número relativamente pequeno, se consideramos sua população total na região), mas entre a grande maioria dos camponeses da região, que ao fim e ao cabo, não demonstram qualquer interesse em continuar a retirar árvores de suas áreas nas condições dadas. Muitos concluem que a forma como se deu o manejo até o momento, destinando toda a madeira a uma só empresa madeireira e de uma só vez, é incompatível com suas necessidades e demanda do mercado local.

Em 2018, devido às “não-conformidades”, nenhuma área das comunidades ainda envolvidas mantinha a certificação FSC. Em 2012, observamos que o tempo despendido pelas comunidades e demais atores envolvidos, governos, técnicos de ONGs, cooperativa, não era destinado somente a viabilizar a manutenção do status de certificação pela comunidade, mas também para a produção de estudos sobre este tema. Isto significa reuniões, que se materializam mediante o gasto com combustíveis e recursos humanos. O estudo de Lima et al. (2008), denuncia os problemas de comercialização, sobretudo o recebimento dos valores da madeira vendida. Os custos de certificação eram arcados pelo Governo e ONGs e não pelos comunitários.

Neste sentido, por mais que a certificação possa ter alguma finalidade para os demais atores envolvidos no processo de extração da madeira<sup>9</sup>, para os camponeses ela apresenta-se mais como uma imposição de regras do que como um diferencial de preço ou indução de práticas de conservação. O preço pago ao seringueiro pelo metro cúbico da madeira em pé, ou tora, portanto de baixo valor agregado, certificada ou não, esteve entre R\$ 60,00 e R\$ 80,00.

Por outro lado, contrariando algumas avaliações um tanto fatalistas, acreditamos não ter havido um processo simplista de aculturação, de abandono dos esquemas culturais tradicionais dos seringueiros. Por exemplo, embora apoiado por um refinado e intenso trabalho de construção ideológica, não houve a disseminação, ou adoção da terminologia “manejador”, como suposta nova identidade destes camponeses. É mais comum a referência ao termo seringueiro, como categoria que lhe afirma enquanto sujeito social, revelando que mesmo sob circunstâncias adversas e contrárias à sua lógica, sua figura ainda se faz presente neste cenário.

O início da certificação de bens da natureza se dá em meio à ambíguas normativas e várias incertezas de eficácia do ponto de vista ecológico. Se por um lado sua intenção demonstra amplo cuidado com a conservação do meio ambiente, involuntariamente, ou não, tais ações tornam-se potenciais para extinguir determinados meios de subsistência, pois como apontamos fica patente a tensão no caso dos seringueiros. Quando se inicia a formulação deste mercado, os benefícios da normatização da madeira certificada proporcionaria simultaneamente maior controle contra ações devastadoras do comércio ilegal destes produtos e consequentemente evitaria prejuízos ao campesinato envolvido. Quando observamos o caso do Acre, no entanto, constata-se que a certificação de madeiras serviu mais aos grupos historicamente envolvidos com a exploração capitalista de madeira. A tentativa do Estado e empresas do ramo de vincular esta atividade ao simbolismo dos seringueiros indica mais uma estratégia de marketing do que propriamente uma ação em defesa destas populações.

<sup>8</sup> Embora seja um volume alto, se considerarmos que os seringueiros não exploravam madeiras através de MFS, torna-se inexpressivo, quando tomado o estoque madeireiro em Reservas Extrativistas e, sobretudo, se considerar-se o volume total de madeira explorado no Acre durante este período.

<sup>9</sup> Um dos incentivos fiscais à atividade madeireira no Acre foi reduzir o preço mínimo da pauta de exportação para a tributação de ICMS sobre produtos certificados por organismos internacionais, oriundos de manejo florestal de origem comunitária. Por exemplo, a Portaria SEFAZ N° 408 de 14 de dezembro de 2004, fixa o preço mínimo de blocos em R\$ 150,00/m<sup>3</sup> e Blocos e Pranchas Serrados por Motosserra em R\$ 120,00/m<sup>3</sup>, portanto, sem a distinção de espécie e com valor bem abaixo dos preços mínimos de produtos não-certificados. Esta medida estimularia as empresas que compravam a madeira certificada dos PAEs Chico Mendes, Remanso e Porto Dias, a adquirirem um certificado de cadeia de custódia FSC.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui não visamos depreciar análises que ressaltaram com otimismo o mercado de madeiras certificadas oriundas de MFS em comunidades amazônicas, tampouco julgar as performances dos diferentes agentes imbricados neste mercado ou daqueles que participaram do envolvimento dos seringueiros com a exploração madeireira. Entretanto, constatamos que tal processo caracteriza-se por uma considerável tensão entre projetos distintos: de um lado, governos, técnicos, empresários e algumas lideranças que acreditam na necessidade de os seringueiros se organizarem para retirar e comercializar a madeira ainda existente em seus territórios, através dos MFS; de outro lado, grande parte dos seringueiros que por uma série de razões está envolvido neste processo, mas dá outro significado ao MFS e segue relativamente indiferente, ou mesmo rejeitou as intenções de retirada de madeira.

São processos recentes e qualquer afirmação conclusiva soaria despropositada e pretensiosa. Não podemos afirmar que os seringueiros não mais se envolverão com o mercado de madeira certificada, visto prosseguirem as articulações para ampliação do número de famílias moradoras da Resex Chico Mendes em MFS, nos municípios de Brasília e Assis Brasil. Constata-se que devido ao que aqui abordamos (baixo preço, sérias restrições ao uso do território, comprometimento de costumes e etc...) neste momento há uma tendência de enfraquecimento desta discussão, contrariando consumidores, governo estadual e outros agentes envolvidos. Conforme assinala Sahlins (2003, p. 261-262), “a produção, portanto, é algo maior e diferente de uma prática lógica de eficiência material. Ela é uma intenção cultural. [...] A produção é um momento funcional de uma estrutura cultural”.

Uma grande diferença observada na exploração de madeira em comunidades de seringueiros, sob o ponto de vista do seringueiro, é que o processo em si lhe é demasiado estranho. Em 2005 o titular da Secretaria de Estado de Florestas do Acre, fazendo uso da lógica de mercados financeiros asseverava: “[...] o seringueiro que entrasse no manejo madeireiro, poderia ficar deitado na rede, enquanto anualmente receberia uma quantia em dinheiro por algumas árvores que fossem abatidas de sua colocação”. Ora, isso contrariaria totalmente a lógica camponesa, cuja reprodução social é marcada pelo trabalho familiar. Por mais que para o Secretário de Estado este discurso tivesse alta capacidade de convencimento (afinal ele operava com a noção de maximização de benefícios pessoais), para os seringueiros e seu esquema cultural isso implicaria no deslocamento de sua identidade, que passaria a uma condição de mercador da natureza.

A atividade de exploração madeireira no MFS enseja perturbação cultural de duas ordens sobre estes camponeses. Por um lado, o processo mesmo de planejamento, exploração e comercialização: a dependência de peritos (engenheiros e técnicos florestais, por exemplo), a burocracia do licenciamento, o uso intensivo de combustível fóssil, máquinas pesadas, equipes numerosas de trabalhadores recrutados em outros lugares, sem vínculo com comunitários, um trânsito frenético de caminhões e máquinas durante o período de exploração, a falta de governabilidade nas negociações comerciais; por outro lado a dimensão mais simbólica (ligado a natureza e a relação de suas tradições familiares e místicas com esta natureza): o abate de árvores centenárias, o arrasamento da floresta ao redor das árvores abatidas, o afugentamento de animais, o soterramento dos cursos d'água, a interdição de áreas destinadas ao manejo, restringindo e impedindo certos usos tradicionais. Pode-se objetar frente a estes argumentos, o avanço da pecuária bovina, que não obstante caracterizar-se como atividade não extrativista e predatória da floresta, se emoldura na lógica camponesa.

Todavia, não estamos sugerindo que o seringueiro não faz uso de madeira como mercadoria. Buscamos enfatizar que o formato do MFS, totalmente atrelado a interesses de empresários, governos e outros agentes, não só não lhes manipula diretamente, como também não lhes atrai. Alguns preferem explorar madeira em baixas quantidades, de maneira clandestina, sem licenciamento pelos órgãos e muito menos certificação. Esta madeira, além de viabilizar a construção da casa de um parente, no local, ou na cidade, ajuda a abastecer as pequenas movelarias e marcenarias, que caso não fosse assim, teriam maiores dificuldades de manterem-se funcionando, já que não têm acesso a madeira proveniente de MFS.

Esta problemática requer uma análise cuja perspectiva extrapole o cálculo racional e economicista, mas também supere a ortodoxia ambientalista. Deve-se partir de uma perspectiva que perceba a diversidade de fatores do arranjo social, político e econômico do contexto no qual se dão as interações dos agentes, ou seja, uma abordagem que, como a sociologia econômica, permita trazer à tona uma interpretação mais equilibrada da influência entrecruzada dos diferentes interesses e perspectivas subjacentes ao cenário problematizado.

Viabilizar a extração de madeira dos territórios dos seringueiros e o próprio mercado de madeiras certificadas, ou qualquer outro relacionado a comunidades camponesas, antes de visar um mercado externo, deve buscar institucionalidades para o estabelecimento de procedimentos que considerem práticas e simbolismos estruturantes da sociabilidade de diferentes agentes locais, tal como sua autodeterminação econômica.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o Diabo: mercado e interações humanas nas Ciências Sociais. **Tempo Social** – revista de Sociologia da USP. São Paulo, vol. 16 (2), novembro de 2004.

ALCOREZA, R. C. P. **La alternativa al desarrollo**. Disponível em: <http://www.creadess.org/ellos-dicen/la-alternativa-al-desarrollo-raul-prada-alcoreza>, 2010. Acesso em: agosto de 2011.

ALMEIDA, A. W. B. Amazônia: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais” como fator essencial de transição econômica – pontos resumidos para uma discussão. In: **SOMANLU: Revista de Estudos Amazônicos do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas**. Ano 4, n. 1(2004). – Manaus: Edua/FAPEAM, 2004.

ALMEIDA, M. W. B. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 19, nº 55. Junho de 2004. pp. 33-53 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n55/a03v1955.pdf>. Acesso em 15/01/2018.

ARAÚJO, J. M. Novas contradições do desenvolvimento na Amazônia brasileira: a indústria florestal e a invisibilidade dos trabalhadores do setor marceneiro de Xapuri. In.: **Anais da II Conferência do Desenvolvimento – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – II CODE/IPEA**. Brasília: IPEA, 2011.

BECKER, B. K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BECK, U. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade** – São Paulo: Editora 34, 2011.

CARNEIRO, M. Entre o Estado, a sociedade e o mercado: análise dos dispositivos de governança da indústria florestal na Amazônia. In: **Cadernos CHR**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 73-86. Jan/Abr, 2012.

CAVALCANTI, C. Condicionantes biofísicas da economia e suas implicações quanto à noção do desenvolvimento sustentável. In.: ROMEIRO, A. R. et al. **Economia do Meio Ambiente: teoria, políticas e a gestão de espaços regionais**. Campinas, SP: Unicamp, 1996.

DALY, H. Políticas para o desenvolvimento sustentável. In.: CAVALCANTI, C. (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 4.ed. São Paulo, SP: Cortez, 2002.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In.: SACHS, W. (editor). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE-eletrônica**, v. 6, n. 1. Art. 9, jan-jun. 2007.

HEGEMANN, H. **Bancos, incendiários e florestas tropicais: o papel da cooperação para o desenvolvimento na destruição das florestas tropicais brasileiras**. Rio de Janeiro: FASE; IBASE; ISA, 1996.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LIMA, A. C. B.; KEPPE, A. L. N., et. al. **Impactos da certificação florestal FSC em comunidades agroextrativistas do Acre/Imaflora**. Piracicaba, SP: Imaflora, 2008. Disponível em: <http://www.observatoriodoagronegocio.com.br/page41/files/ImafloraComun.pdf>. Acesso em 20/02/2013.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. In.: **Universidade de Brasília – UNB – Série Antropologia**, 2002. Disponível em: <http://vsites.unb.br/ics/dan/Serie322empdf.pdf> - Acesso em 01/07/2011.

LOUREIRO, A. J. S. **O Amazonas da época imperial**. 2ª ed. Manaus: Editora Valer, 2007.

MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

OLIVEIRA, A. U. Os posseiros voltam a assumir o protagonismo da luta camponesa pela terra no Brasil. In. CANUTO, A. et al. (orgs.). **Conflitos no Campo Brasil 2010/CPT**. Goiânia: CPT, 2011.

PAULA, E. A. **Seringueiros e sindicatos: um povo da floresta em busca de liberdade**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Itaguaí, RJ: Mimeo, 1991.

PAULA, E. A. La doble cara de la destrucción de los bosques tropicales em Latinoamérica Y el Caribe: las revelaciones de la economía verde en Acre. In. ALIANZA BIODIVERSIDA. **Economía verde: el asalto final a los bienes comunes**. Una publicación especial de Biodiversidad, sustento y cultura com el Movimiento Mundial por los Bosques Tropicales Y Amigos de la Tierra América Latina Y Caribe: <http://www.grain.org/article/categories/91-biodiversidad>, 2012. Acesso em jul. 2012.

SACHS, I. **A terceira margem: em busca do ecodesenvolvimento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SAHLINS, M. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que acultura não é um “objeto” em vias de extinção (parte I). **MANA**, vol. 3 (1). pp. 41-73, 1997.

SAHLINS, M. O. **Cultura e Razão Prática**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2003.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2000.

SHANIN, T. El campesinado como factor político. **Sociological Review**, vol. 14, 1966.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.